

Manifesto Cidadão do Cerrado

POR UM ACORDO COMERCIAL
TRANSPARENTE QUE RESPEITE
PESSOAS E ECOSISTEMAS

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO
UE - MERCOSUL



W ...
ERV
EL

Uma demanda cidadã urgente !



Este é um pedido urgente dos cidadãos para reequilibrar o Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul.

Os autores deste manifesto clamam por muito mais atenção a questões relacionadas a sistemas alimentares justos e sustentáveis, para a preservação de ecossistemas frágeis e para proteger as comunidades rurais e tradicionais. Neste manifesto, o foco geográfico está centrado no Cerrado (Brasil), uma grande área de savana cada vez mais desmatada para a expansão de plantações industriais - especialmente soja - e da pecuária. Estes usos da terra causam danos à biodiversidade, aos sistemas hídricos e às comunidades rurais e nativas.

Grandes quantidades de produtos agroindustriais são exportados para a Europa com a finalidade de sustentar a indústria e o consumo da carne no continente. O Acordo de Livre Comércio UE-Mercosul deve, portanto, garantir a rastreabilidade, transparência e sustentabilidade dos produtos agrícolas importados do Mercosul. Buscando equilíbrio, a UE e a Bélgica também devem aumentar os esforços para reduzir a dependência de importações de proteínas e estimular uma transição para o desenvolvimento de práticas agrícolas locais e mais sustentáveis. Ao mesmo tempo, a UE e a Bélgica devem incentivar a expansão de mercados brasileiros alternativos, os quais oferecem bens produzidos por comunidades e empresas que fundamentalmente respeitam a riqueza das paisagens e culturas do Cerrado.

Este manifesto foi escrito por meio de uma colaboração única, em um processo de consulta aberta. Por favor, assine o manifesto aqui, como um indivíduo ou representando uma organização. Entregaremos o manifesto com suas assinaturas aos deputados europeus e aos legisladores belgas para exigir um comércio transparente, um sistema agroalimentar mais saudável e um planeta mais sustentável.



Recomendações Principais

Solicitamos aos governos, em todos os níveis (municipal, provincial, federal e europeu), que estabeleçam diretrizes para o acordo UE – MERCOSUL, a fim de prescrever limites específicos para importações.

A União Europeia (UE) deve, ao menos:

Garantir que o acordo Mercosul-UE inclua os seguintes requisitos específicos e obrigatórios:

- Interromper a importação de produtos que geram desmatamento e a destruição dos ecossistemas, efeitos atualmente desencadeados pelo acordo comercial;
- Garantir a rastreabilidade dos produtos agrícolas importados;
- Estabelecer um sistema confiável e transparente que respeite os direitos humanos, impeça o desmatamento e gere impactos positivos sobre a biodiversidade, o clima, os sistemas hídricos e as comunidades locais.
- Desenvolver um processo participativo e transparente para inclusão dos requisitos descritos acima no acordo UE-Mercosul, com forte participação da sociedade civil.
- Implementar uma nova legislação, na UE, voltada à restrição de importação de produtos que põem em risco florestas e demais ecossistemas, de forma a controlar práticas que levam ao desmatamento e à degradação florestal e de demais ecossistemas, bem como garantir a proteção dos direitos humanos[1]
- Evitar a concorrência desleal quando se trata de produtos agrícolas da UE e belgas, concorrência esta gerada pela importação de bens que não estão de acordo com padrões socioambientais mínimos.
- Informar os consumidores de forma clara e consistente a respeito dos produtos derivados de animais alimentados com Organismos Geneticamente Modificados (OGM), bem como sobre os danos sociais e ambientais causados por práticas de produção em monoculturas, especialmente em relação à produção de soja.
- Reduzir a dependência, por parte da UE, de soja latino-americana, aumentando a autonomia da Europa na produção sustentável de proteínas.
- Apoiar produtores europeus em uma transição voltada à diversificação de suas atividades e estratégias de geração de renda, bem como estimular o desenvolvimento de um sistema alimentar com baixo impacto de carbono.



Os governos belga/flamengo/valão devem

- Rejeitar o Acordo UE-Mercosul em sua forma atual e fazer lobby para a inclusão de requisitos obrigatórios para garantir a rastreabilidade, desmatamento zero e direitos humanos (conforme descrito acima).
- Limitar a importação de soja e outras commodities de risco para a floresta e demais ecossistemas.
- Garantir a rastreabilidade e sustentabilidade de produtos oriundos do Mercosul.
- Apoiar os agricultores belgas na diminuição de sua dependência de commodities importadas que colocam em risco florestas e ecossistemas, bem como apoiar a expansão de práticas sustentáveis e ecológicas, enquanto assegurando sua autonomia alimentar e de obtenção de proteínas.
- Evitar apoiar a produção de alimentos e a manufatura de bens que dependem da importação de commodities de risco para florestas e ecossistemas.



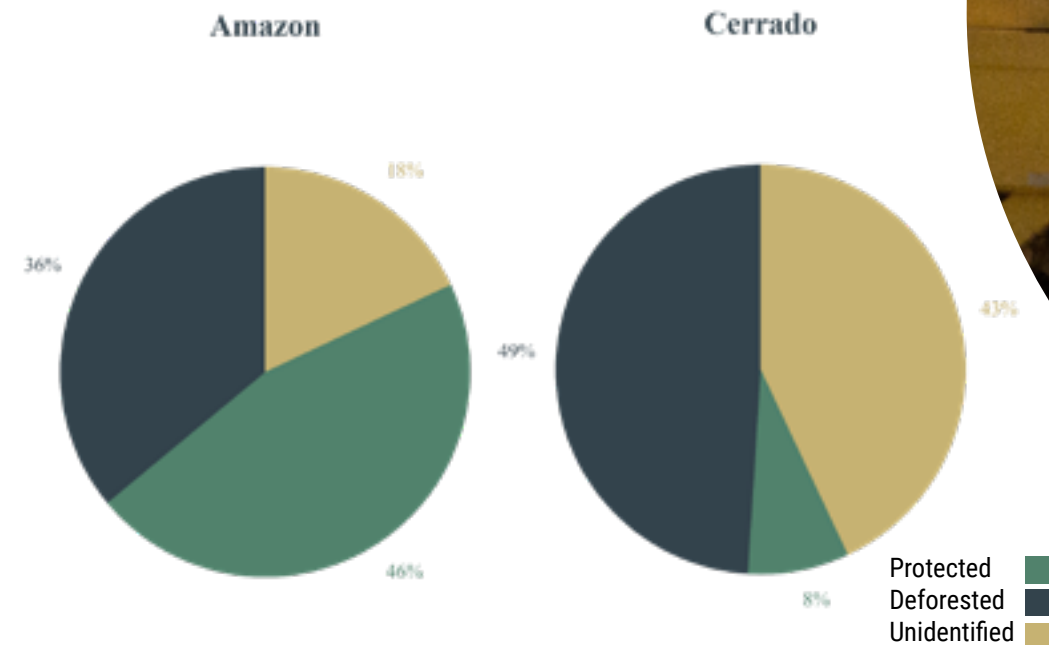
The cerrado



O Cerrado, um patrimônio mundial pouco conhecido

O Cerrado, uma vasta savana composta por uma variedade de ecossistemas, é a principal vítima da expansão agrícola no Brasil. O bioma ocupa $\frac{1}{4}$ das terras brasileiras e abriga 30% da biodiversidade nacional e 5% da biodiversidade global. Ao longo dos anos, a ampliação da área de pastagens e da monocultura em latifúndios vem destruindo os habitats e a diversidade local, causando distúrbios ao regime climático regional e impactando recursos vitais, como o solo e água potável.

Se a situação na Amazônia é preocupante, os números do Cerrado são, de longe, muito mais alarmantes. 49% do Cerrado já foi vítima de desmatamento - o que corresponde à área da Venezuela - enquanto apenas 8% de seu território está protegido.



O cerrado é o único bioma brasileiro que conecta a Amazônia, a Mata Atlântica a Caatinga e o Pantanal. Esses biomas estão interligados e dependem uns dos outros para regulação do clima, balanço hídrico, manutenção da biodiversidade e formação de corredores ecológicos. O Cerrado é, ainda, o berço das águas brasileiras. Nascentes em seus planaltos alimentam 8 das 12 imensas bacias hidrográficas brasileiras. O Cerrado também abriga 109 territórios de povos indígenas, que cobrem 4,35% de sua área - territórios estes que estão entre os mais preservados no bioma.

O desaparecimento de 1.061 espécies do Cerrado - como o tamanduá-bandeira e o lobo-guará, além de diversas plantas - representa a extinção de um patrimônio genético natural sem precedentes. Tal desaparecimento também ocasiona a perda de recursos médicos e alimentares. As plantas do Cerrado são conhecidas por suas características únicas quando se trata de propriedades nutricionais e medicinais. Tais espécies de plantas incluem (mas não estão limitadas a): araticum-do-cerrado, baru, buriti, cagaita, cajuzinho-do-cerrado, guabiroba, jatobá, mamacadela, mangaba e pequi.

Outros biomas vitais como os Pampas e o Chaco na Argentina também estão ameaçados pelo acordo UE-Mercosul, mas este manifesto visa gerar maior visibilidade para o hotspot Cerrado.

A soja que divide

No Cerrado, a soja vem sendo cultivada em enormes lotes de terra, propriedade de poderosos latifundiários, e depois vendida para o consumo interno no país e em grandes quantidades para exportação. As exportações de alimentos fortalecem economicamente esses poderosos latifundiários, que possuem alta renda, ampliando ainda mais as desigualdades encontradas no Brasil. As vítimas são as populações mais vulneráveis, cujo acesso à terra é restrito, ameaçado e por vezes inexistentes, e já enfrentam insegurança alimentar. A maior parte dessas vítimas são os trabalhadores rurais, povos indígenas, afro-descendentes, camponeses, comunidades tradicionais, mulheres e camponeses sem terra. Os grandes proprietários de terra reinam por meio do uso de armas. Para trabalhadores rurais que eventualmente conseguem trabalhar em grandes propriedades, condições dignas de trabalho são raramente garantidas; não é comum o uso de equipamentos de proteção individual entre trabalhadores expostos a agrotóxicos. A escravidão moderna ainda existe no Brasil, em particular por meio de sistemas de dívida. Estima-se também que o país tenha cerca de 1 milhão de crianças entre 5 e 17 anos forçadas ao trabalho infantil, 56 % delas fazendo parte da força de trabalho do setor agrícola.

A soja, juntamente com outras commodities (como milho, café, trigo, cana-de-açúcar, trigo e outros), é uma cultura muito lucrativa para os grandes produtores. A grande geração de lucro impulsiona o desmatamento e a destruição de ecossistemas, problemas que se encontram em pleno andamento. A rentabilidade associada à produção de soja pode ser explicada, em particular, pelo fato de que as externalidades negativas dessa cultura para com a sociedade e o meio ambiente não são pagas.



Agricultura, meio ambiente e externalidades negativas

O Cerrado concentra quinze milhões de hectares de soja (90% de toda a plantação agrícola do bioma) e 40 milhões de cabeças de gado. No Brasil, as exportações do agronegócio correspondem a cerca de 40% do total de exportações anuais, sendo a indústria da soja responsável por cerca de 25% desse total. Entre 2005 e 2017, a produção de soja no Cerrado respondeu por 45% do volume total produzido no Brasil.

A soja, plantada em milhares de hectares (um deserto verde), é exportada em grande escala para a Europa, incluindo a Bélgica, para produção de ração para a pecuária e produção de biocombustíveis. Culturas como soja, feijão, milho e outras são cultivadas durante a estação das chuvas. Posteriormente, a terra é exposta à forte luz solar durante a seca sazonal de quatro meses. As altas temperaturas, a lavra e o escoamento superficial da água, que já não conseguem infiltrar-se nos solos compactados, criam um preocupante processo de lixiviação e erosão, levando à perda do capital natural acumulado ao longo de milhares de anos. A destruturação dos solos e a perda da fertilidade e da microfauna e da flora ameaçam a produtividade a longo prazo. O Cerrado, que já foi uma savana exuberante, literalmente vira pó.

93% da soja é um OGM. Mesmo negligenciando a discussão ética em torno da modificação dos seres vivos, os OGMs são problemáticos, pois só se desenvolvem quando são aplicados produtos fitossanitários e fertilizantes sintéticos. O uso de pesticidas mata as plantas invasoras, mas, ao mesmo tempo, os organismos necessários para a manutenção do solo vivo. Uma abordagem focada na fertilidade natural do solo seria mais produtiva a longo prazo, e garantiria a manutenção de serviços ecossistêmicos benéficos para as comunidades.

A legislação florestal brasileira prevê a demarcação de áreas protegidas em fazendas, porém essa regra é amplamente ignorada, e o Estado brasileiro não tem controle direto sobre o que acontece nas propriedades rurais.

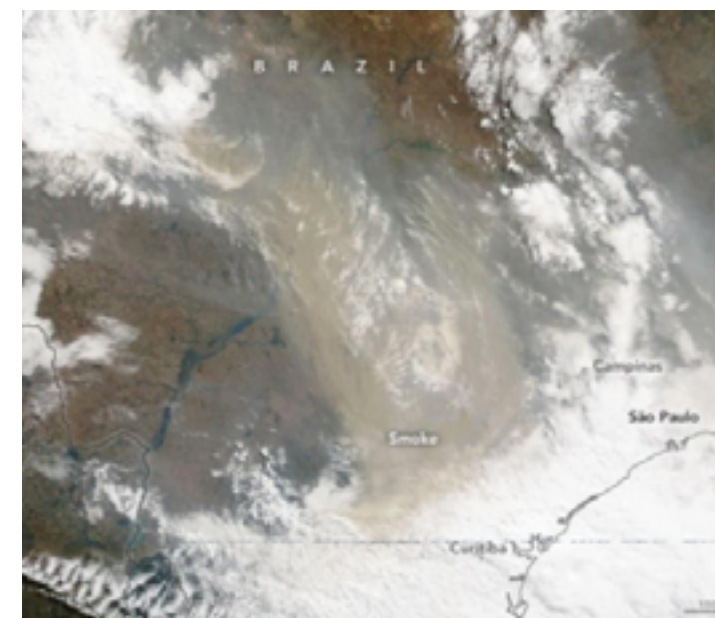


A prática agrícola de corte-e-queima é comum no Cerrado e é agravada por incêndios criminosos ligados a práticas de desmatamento. 50% dos incêndios brasileiros observados pela NASA em 2019 aconteceram no Cerrado, enquanto 34% estavam concentrados na Amazônia.

As trilhas de fumaça associadas aos incêndios liberam níveis significativos de CO₂ na atmosfera. Além disso, incêndios levam ao esgotamento do capital natural dos solos, em longo prazo, e causam uma redução significativa da capacidade da savana de sequestrar carbono e absorver água. No local, o desmatamento é sinônimo de fumaça densa, vista do céu; esta afeta também a respiração dos habitantes locais.

A conversão da vegetação nativa em monoculturas altera o regime de precipitação. Cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo dependem dos reservatórios de água do Cerrado. A recente escassez de água nessas cidades é em grande parte consequência das mudanças no uso do solo que acontecem no bioma.

Incêndios na savana





O vício da Europa em soja

5,2 milhões de hectares - quase o dobro do tamanho da Bélgica - são cultivados no Brasil para exportar soja para a Europa. 87% dessa soja é destinada à alimentação do gado e para a criação de galinhas, porcos. Com o consumo de produtos derivados da pecuária, os europeus consomem em média 61kg de soja por ano. Em 2017, foram produzidas 48,5 milhões de toneladas de soja, das quais cerca de 34,5 milhões foram exportadas principalmente para China (57,5%) e Europa (34%) , sendo os principais importadores Holanda, Espanha, Bélgica, França e Alemanha.

A produção europeia de proteínas é insuficiente para atender sua demanda interna e, portanto, depende da soja brasileira, argentina e norte-americana. A Europa precisa diminuir gradualmente esta dependência e permitir mais autonomia em termos de produção de proteínas, ao mesmo tempo que transforma o seu sistema alimentar. Isso deve ser feito fortalecendo a produção de colza, girassol e outras oleaginosas ricas em proteínas, ao mesmo tempo em que se estimula o consumo responsável e a mudança para dietas sustentáveis com menor consumo de carne e laticínios. As importações, hoje inevitáveis, devem ser reduzidas gradativamente. Os mecanismos de transparência mencionados no acordo comercial UE-MERCOSUL devem assegurar a rastreabilidade rigorosa dos produtos agrícolas, o que não ocorre hoje. Essas importações devem ser consideradas como o principal vetor de desmatamento, uma ameaça à vida que põe em risco a integridade de ecossistemas e contribui fortemente com as mudanças climáticas. O acordo e sua implementação devem - por respeito à vida e à sobrevivência dos cidadãos - exigir um sistema de produção de alimentos regulamentado e sustentável em diferentes escalas.



Regulamentos e Rótulos

A UE deve adotar uma legislação que obrigue as empresas a exercerem a devida diligência no que diz respeito às violações dos direitos humanos e aos danos ambientais ao longo das suas operações e cadeias de abastecimento. Este regulamento deve incluir regras específicas sobre commodities de risco a florestas e savanas, como a soja, e incluir um requisito obrigatório para as empresas apresentarem um relatório sobre cada importação realizada, declarando que as commodities foram produzidas de acordo com padrões que podem ser auditados.

A Europa e a Bélgica devem exigir, no mínimo, rótulos com informações detalhadas em todos os produtos importados. Sistemas de certificação, organizados por setor, garantiriam a rastreabilidade da soja importada para assegurar o desmatamento zero. Alcançar tal meta implica restringir a importação de soja a produtos que cumpram requisitos mínimos, tais como:

- * certificado não-OGM

proveniente de agricultura sustentável, que limita a quantidade e toxicidade de pesticidas e fertilizantes e que incorpora práticas como: 1) rotação de culturas, 2) semidireta, 3) períodos de pousio e 4) integração da agricultura, floresta e pecuária.

- * comércio justo, que apoia a agricultura familiar e as micro, pequenas e médias empresas.

- * livre de desmatamento e destruição de ecossistemas, incluindo não ser a causa da destruição de sistemas de cultivo tradicionais sustentáveis.

Para realizar essa mudança, o preço da soja transgênica deve ser reavaliado e deve incluir os custos de seus impactos negativos, ambiental e social, líquidos (contabilidade de custos verdadeira), o que ainda não se reflete nos preços atuais.

Os consumidores devem estar cientes das consequências de comer soja indiretamente por meio de produtos de origem animal em sua dieta. Este manifesto pede explicitamente aos políticos que implementem um sistema de informação para que os produtos derivados de fazendas em que os animais são alimentados com soja geneticamente modificada sejam rotulados como tal. Em carnes e laticínios, a rotulagem deve informar ao consumidor a origem da soja transgênica e a proporção desta na ração animal.

Da fazenda à mesa

Seja na América Latina ou na União Européia, é urgente e necessário promover uma transição nos sistemas alimentares e agrícolas com medidas concretas.

Alimentos: o consumo deve ser cada vez mais baseado em fontes locais ou regionais e sustentáveis, incentivando a certificação sustentável. Os consumidores devem ser incentivados a adotar dietas sustentáveis, saudáveis e de baixo carbono, o que envolve um consumo reduzido de produtos de origem animal e maior ingestão de frutas e vegetais.

Agricultura: os produtores, em especial os criadores de gado, devem poder continuar a viver com dignidade e estar livres da concorrência desleal. Isso seria possível promovendo a agricultura familiar na Bélgica, ancorada na terra, que possibilita diversificação de fontes de renda e atividades econômicas. Práticas agrícolas familiares no país devem garantir a produção local de ração para o gado, favorecendo as pastagens e limitando o uso de cereais e outros ingredientes que concorrem com a alimentação humana. As regiões da Bélgica e a União Europeia devem apoiar os criadores de gado que desejam adotar sistemas de produção que respeitem as fronteiras planetárias, como os sistemas agroecológicos e agroflorestais.

Na situação atual e devido à rarefação de terras e recursos cultiváveis (incluindo fósforo), a escassez de alimentos não é um cenário impossível no futuro. Sempre que possível, os governos devem promover o desenvolvimento de cadeias alimentares locais, municipais, provinciais ou europeias curtas, a fim de aumentar a autonomia e a soberania alimentar.

Images:
Flower p1+ plantation p15: Louise Amand,
Megaphone p2 vecteezy.com,
Waterfall p3 Anneleen Vos,
Cerrado Landscape p6 © Marizilda Cruppe / Greenpeace
machine p7 © Otto Ramos / Greenpeace,
plane p 9+ Cerrado burning p 11 +pigs p12: Pixabay

Agroecologia e agroflorestas

O Brasil, e em particular o Cerrado, tem um imenso potencial para reverter o processo de degradação socioambiental, restaurar o capital natural e mitigar as mudanças climáticas. Outras conversões de vegetação natural para pastagens e áreas de cultivo não são necessárias para aumentar a produção de alimentos no Brasil.

Como sinal de esperança, um número crescente de produtores brasileiros está adotando práticas agrícolas orgânicas, agroecológicas e, às vezes, agroflorestais. Os sistemas agrícolas gerenciados agroecologicamente podem funcionar como uma esponja e reter grandes quantidades de água por meio de suas árvores e graças a solos ricos em húmus. O cultivo em sistemas agroflorestais - que combinam a produção de hortas comerciais com pomares, pecuária ou silvicultura - apresenta inúmeras vantagens ligadas à elevada biodiversidade e produtividade desses sistemas. Práticas agroflorestais são reconhecidas por aumentar a resiliência em face de choques climáticos, como enchentes ou secas. Este modelo oferece vários serviços ecossistêmicos, como purificação de água, melhor fertilidade do solo e sequestro de carbono.

Uma área produtiva com árvores também ajuda a moderar temperaturas excessivas. É por isso que a Via Campesina afirma que os agricultores familiares podem resfriar o planeta.

Esses modelos agroecológicos, orgânicos e agroflorestais já demonstraram sua viabilidade econômica e rentabilidade graças ao estabelecimento de sistemas de solidariedade com os consumidores. Os sistemas agroflorestais e agroecológicos podem, ainda, fornecer mais alimentos por metro quadrado do que a monocultura.

Esses sistemas beneficiam os produtores, o meio ambiente e as comunidades rurais e urbanas. A União Europeia deve criar mecanismos para fortalecer esses modelos, no Brasil e na Europa, em particular através do apoio às micro, pequenas e médias empresas.





Wervel is the movement for healthy agriculture.
We are situated in Flanders, Belgium
Wervel aims for socially fair, culturally embedded and
ecological restorative foodsystem.
wervel.be
Follow us on :
Facebook.com/wervelvzw
twitter.com/wervelvzw



Flanders
State of the Art